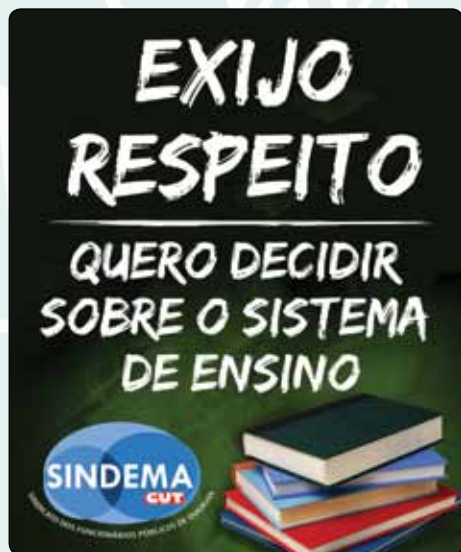


# É preciso garantir a participação dos docentes nas decisões sobre a educação pública na nossa cidade!

Professor/a, venha para a luta! Sem debate com a rede de ensino, vereadores aprovam projeto de lei do Sistema Sesi-SP



Os/as profissionais da educação e o Sindema estavam na Câmara Municipal de Diadema na tarde de 3 de outubro; expuseram seus argumentos a favor de um debate com a rede de ensino antes de votar o PL que trata da implementação do Sistema Sesi. Mas a bancada governista ignorou os apelos de adiamento da votação e aprovou, em primeira votação, o projeto de lei que autoriza a privatização do sistema de educação através de convênio com o Sesi.

Agora, caso seja aprovado na segunda votação, o PL vai para a sanção do Prefeito e, após a publicação da Lei, o convênio pode ser firmado.

## Sistema Sesi = privatização

O sistema de ensino da maior entidade patronal do país, a FIESP, está prestes a ser implantado em Diadema. As professoras Lisete Arelaro e Teise Garcia, da Faculdade de Educação da USP, Theresa Adrião e Raquel Borghi, do Instituto de Biociências da UNESP, escreveram o artigo Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de 'sistemas de ensino' por municípios paulistas. O texto explica como esses sistemas costumam ser implantados: "Na ausência de debates com profissionais da própria administração pública ou com a população usuária, a opção pelas empresas parceiras expressa a lógica da centralização de poder nas mãos do prefeito municipal."

## Arbitrariedades

"A primeira arbitrariedade é a falta de comunicação com quem está em contato com os alunos diariamente. Ficamos sabendo das intenções desse governo em implantar o Sistema Sesi através do Facebook!", disse uma das professoras. A preocupação de outra professora é que a rede de ensino de Diadema possui um histórico de participação que não está sendo levado em conta. "Que resultados esperar de um sistema imposto?"

## Tripla pagamento de materiais didáticos

O estudo das professoras da USP e UNESP destaca também o fato de que a população paga duplamente a aquisição de materiais didáticos destes sistemas de ensino, já que o Governo Federal tem três programas nacionais de distribuição de livros didáticos.

No caso do Sistema Sesi, o pagamento é triplo, pois a maioria dos recursos do Serviço Social da Indústria são públicos: provêm dos 2,5% de alíquota compulsória que os empresários pagam e que saem, em parte, dos salários dos trabalhadores e em parte da sociedade, já que este custo é repassado para o consumo.

## Custos Sistema Sesi

**Livros Didáticos:** R\$ 2.716.181,00

**Formação de Gestores:** R\$ 65.208,00 (264 horas a um custo de R\$ 247,00 a hora)

**Formação de Professores:** R\$ 51.376,00 (208 horas a um custo de R\$ 247,00 a hora)

**Acompanhamento anual da Secretaria da Educação:** R\$ 1.482,00 (é só isso o valor?)

**Custo estimado do Sistema em três anos:** R\$ 8.502.741,00 (sem reajuste)

De acordo com o orçamento apresentado pela Secretaria da Educação, o sistema Sesi representa um custo anual de cerca de 2,8 milhões de reais por ano para 59 escolas, 24.465 alunos, 201 gestores e 1803 professores.

Como se não bastasse o fato de os livros serem caros, a qualidade do material não é superior ao dos livros fornecidos pelos programas do governo Federal. Sem contar que o valor da hora de trabalho da formação do sistema Sesi é totalmente fora dos padrões de mercado: nem os mais renomados doutores da área da educação cobram 247 reais por hora trabalhada!

A ênfase do sistema na venda do produto (livro) e em mais horas para a formação dos 201 gestores em detrimento dos 1.803 professores sinaliza as características de um modelo onde o professor é mero executor das orientações do sistema e dos gestores.

Sem resposta para a precariedade nas escolas

A Secretaria anuncia o Sistema Sesi e vende a ilusão de que a rede municipal terá a mesma infraestrutura das escolas do Sesi. No entanto, ignora a falta de materiais básicos como lápis de cor, borracha, materiais de higiene e limpeza. Depois de nove meses, a manutenção das escolas continua precária. E a falta de professores é gritante, fazendo até com que os alunos sejam dispensados por falta de professores substitutos.

Sistema Sesi vai trazer mudanças que prejudicam os professores?

Esta questão precisa ser imediatamente respondida pela Secretaria da Educação.

Em relação à avaliação de desempenho, os artigos 120 e 121 do Estatuto do Magistério prevêem um processo de construção coletiva dos instrumentos de avaliação. Isto será inviabilizado pelo Sistema Sesi, pois num sistema de ensino privatizado e pré-formatado, a avaliação dos professores ficará vinculada aos índices e objetivos do sistema.

Também há rumores de redução e alteração do período de recesso e férias para adequação ao Sistema Sesi. Boato ou não, a Secretaria precisa esclarecer em documento oficial. Não aceitaremos retrocessos nos direitos dos/as professores/as.

## SECRETARIA MANIPULA DADOS DO IDEB

Em panfleto distribuído à população, a Secretaria da Educação manipula informações e afirma que o "Sistema Sesi tem o melhor IDEB do país". No entanto, a pontuação de 7,4 refere-se às 175 escolas mantidas diretamente pelo Sesi, que atendem apenas parte dos filhos dos trabalhadores das indústrias paulistas.

A realidade das poucas cidades que compraram o sistema é bem diferente. É o caso de Araraquara,

# Sindema quer implantação total do 1/3 da jornada em 2014

**E**m 30 de setembro, durante a primeira reunião sobre a implantação do 1/3 da jornada de trabalho para atividades extraclasse, os chefes/coordenadores dos diversos setores da Secretaria de Educação apresentaram aos diretores e diretoras do Sindema um esboço de proposta, que publicamos abaixo. A Secretaria ainda não apresentou uma planilha de custos, nem um cronograma de implantação, mas prometeu apresentar um estudo de impacto na próxima semana.

Preocupou-nos a ausência da Secretaria de Gestão de Pessoas. É que a presença dessa secretaria nas negociações é imprescindível para que as discussões não sejam travadas em outros setores do Governo.

Os/as representantes do Sindicato reafirmaram a proposta de implantação total do 1/3 da jornada para todo o magistério municipal a partir do próximo ano. A proposta é plenamente viável se houver vontade política e disposição real para ações que efetivamente respeitem os direitos dos professores e promovam a qualidade do ensino.

## Secretaria nega ampliação para 40 horas semanais

A chefe do serviço de Gestão de Pessoas da Secretaria de Educação, Professora Natasha, descartou a possibilidade de ampliação da jornada de trabalho de 31 para 40 horas semanais a critério do professor. Durante a reunião, ela afirmou que a intenção do governo é a implantação do 1/3 nas jornadas atualmente regulamentadas.

## Ampliação da Jornada x IPRED

O diretor do IPRED, Mario Carneiro, alertou para o problema da eventual ampliação da jornada de trabalho dos professores que estão prestes a se aposentar.

Segundo ele, que também estava na reunião, esta situação pode vir a criar um déficit para a previdência municipal, pois não houve contribuição previdenciária para tal benefício. Deverá ser feito um estudo atuarial para avaliar o impacto nas futuras concessões de benefícios, conforme determina o Tribunal de Contas e o Ministério da Previdência.

A direção do Sindema e o diretor do Ipred não descartaram a possibilidade da ampliação para regularizar a situação do professor que há anos já suplementa a jornada. Mas será preciso que a Prefeitura viabilize formas de compensação ao IPRED para não prejudicar as aposentadorias futuras.



## Resumo das possibilidades apresentadas pela Secretaria da Educação

Jornada	Segmento	Distribuição de 1/3	Observações
31 Horas	Creche (Bercário, Mini-Grupo, Maternal)	Docência - 20horas HTPC - 2 horas HTPL - 4 horas HTP - 5 horas	Um professor volante ficará responsável por 5 classes, cumprindo em cada uma delas 4 horas semanais. Este professor terá 5 hs de HTP, sendo uma hora de planejamento destinada para cada classe
31 Horas	Educação Fundamental	Docência - 20horas HTPC - 2 horas HTPL - 4 horas HTP - 5 horas	Contratação de professores de artes e educação física
25 Horas	Educação Infantil Parcial / Fundamental	Docência - 16 horas HTPC - 2 horas HTPL - 3 horas HTP - 4 horas	Contratação de professores de artes e educação física
22 Horas	EJA 1	Docência - 14h40 horas HTPC - 2 horas HTPL - 3 horas HTP - 2h20 horas	
20 Horas	EJA 2	Docência - 13h20 horas HTPC - 2 horas HTPL - 2 horas HTP - 2h40 horas	Contratação de professores de Matemática (1), Ciências (2), Artes (2), Inglês (5), Geografia (2)

### Observações:

- 1) As tabelas EJA I 22 e EJA II 20 horas apresentadas pela chefia do EJA estão em desacordo com a Resolução CNE. A distribuição correta é para 20 horas, 13 horas com alunos e 7 horas para atividades extraclasse; para 22 horas são 14 horas com alunos e 7 horas para atividades extraclasse.
- 2) A proposta de EJA II pressupõe mudança curricular neste segmento.
- 3) A Educação Especial (CAIS) já dispõe de 1/3 da jornada extraclasse desde 1997, pelo antigo Estatuto. A proposta é readequar dias e horários.
- 4) EM Olga Benário Prestes - Educação Especial - seguirá a tabela do Fundamental I

**PLENÁRIAS DA EDUCAÇÃO 19/10 às 10h ou 23/10 às 19h. Participe!**

Participe das Plenárias da Educação na sede do Sindicato para debater e deliberar sobre a proposta da Secretaria de aplicação de 1/3 da jornada. Haverá duas opções de dia e horário: Em 19 de outubro, sábado, 10 h oras ou 23 de outubro, quarta-feira, às 19 horas.